

Ata N.º	21/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ATA N.º 21/2016 DE 28 DE OUTUBRO**

----- Aos **vinte e oito** dias do mês de **outubro** do ano de **dois mil e dezasseis** nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima primeira reunião camarária do ano em curso, de natureza extraordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereador em regime de não permanência, e a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Carlos Dias Mota, vereador em regime de não permanência, a pedido deste por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 13 de Setembro, conforme comunicação escrita datada e registada em vinte e cinco de outubro de 2016, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- A presente reunião extraordinária foi convocada por iniciativa do Sr. Presidente da Câmara ao abrigo do n.º 1 do artigo 41.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Sr.<sup>a</sup> Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-

**----- ORDEM DO DIA -----**

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 – Apreciação e votação dos textos definitivos das atas das reuniões ordinárias da Câmara Municipal dos dias sete e vinte e um de outubro de 2016,** aprovadas e assinadas em minuta nas próprias reuniões. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar os textos definitivos das atas das reuniões ordinárias dos dias sete e vinte e um de outubro de 2016.-----

----- A Sr.<sup>a</sup> Vereadora substituta Liliana Soares não participou na votação da ata da reunião do vinte e um de outubro por não ter estado presente nesta reunião. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Maria Luísa Lameira da Cruz, residente em Alhais** - Por requerimento registado em 13 de outubro de 2016, apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 20 de setembro de 2016, de segundo descendente, Pedro Cruz Costa – Informação N.º 103-USC-16 de 18 de outubro de 2016, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea b) do n.º 2 do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

----- **b) Conhecimento da 12.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 13.ª Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2016**, aprovadas por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 20 de outubro de 2016, no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

----- **c) Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento Municipal para o Exercício de 2017** – Aprovação em proposta para submissão à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 24 de outubro de 2016, do seguinte teor integral:-----

*“Considerando que:*

*Compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais (doravante RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas.*

*De acordo com o n.º 1 do art.º 45.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (doravante RFALEI) aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 6 de setembro, a câmara municipal tem que apresentar à assembleia municipal, até 31 de outubro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte, devendo incluir os elementos referidos no art.º 46.º do mesmo regime.*

*O n.º 1 do art.º 44.º do referido RFALEI prevê ainda que as câmaras municipais apresentem às respetivas assembleias municipais uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental, designado de “Quadro Plurianual Municipal” (doravante QPM), em simultâneo com a proposta de orçamento municipal, em articulação com as Grandes Opções do Plano (GOP), cujos limites são*

Ata N.º	21/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

*vinculativos para o ano seguinte ao exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes, sendo atualizado anualmente, para os quatro anos seguintes, no orçamento municipal.*

*Contudo o referido QPM carece de regulamentação conforme estabelecido no art.º 47.º do mesmo RFALEI, que deveria ter sido aprovada até 120 dias após a sua publicação (ou seja, até 3 de janeiro de 2014), não tendo sido publicada até à data tal regulamentação, pelo que não é apresentado o referido QPM com o presente Orçamento Municipal, dado não estarem tipificados os documentos e conteúdos do mesmo.*

*De salientar que paralelamente à publicação da nova Lei do Enquadramento Orçamental aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, foi publicada a Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova no seu Anexo I o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, designado de SNC – AP, com entrada em vigor prevista para 1 de janeiro de 2017, e que revoga, entre outros planos setoriais, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (doravante POCAL) aprovado pelo Decreto -Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas, com exceção dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento.*

*O presente Orçamento Municipal de 2017, conforme indicações da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) ainda será elaborado em POCAL, considerando que é esse o referencial contabilístico que ainda se encontra em vigor. A partir de 1 de janeiro de 2017 haverá um ajustamento em sede de execução para os modelos de reporte previstos no SNC-AP, oportunamente a divulgar por aquela direção geral.*

*Na elaboração da proposta do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano (GOP) para o exercício de 2017, foram tidas em consideração as transferências do Estado previstas no Mapa XIX da Lei do Orçamento do Estado para 2016 aprovada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.*

*Apesar dos constrangimentos financeiros que ainda se fazem sentir na atual conjuntura económica, o Município continuará a prosseguir as suas atribuições, definindo as prioridades que entenda relevantes para o futuro das suas populações, acautelando os meios de que dispõe e procurando ativamente outras fontes de financiamento, nacionais e comunitárias.*

*O Orçamento Municipal proposto importa quer do lado da receita quer do lado da despesa em € 10.066.128,00.*

*No âmbito dos investimentos a realizar previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) integrado nas Grandes Opções do Plano (GOP), muito irá depender da capacidade do Município se cofinanciar, nomeadamente através da captação de fundos nacionais e comunitários, quer ainda no âmbito dos fundos estruturais no âmbito do novo quadro de apoio comunitário Portugal 2020.*

*De referir que de acordo com o n.º 3 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 243, de 17 de Dezembro de 2010, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), determinada com base na aplicação de um percentual sobre a fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, é aprovada anualmente pelo Município até ao final do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência.*

*Por sua vez, o n.º 1 do art.º 8.º do mesmo Regulamento n.º 890/2010 dispõe que os valores das taxas municipais previstas na Tabela de Taxas, anexa ao referido Regulamento, podem ser atualizados em sede de orçamento anual de acordo com a taxa de inflação, utilizando-se para o efeito a taxa de variação média dos últimos doze meses do Índice de Preços no Consumidor (IPC), exceto habitação, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, com referência ao mês imediatamente anterior ao da elaboração do Orçamento Municipal.*

*Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere:*

*a) Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro aprovar, em proposta, as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Municipal para o ano de 2017, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal;*

*b) Ao abrigo do n.º 3 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010, manter em 0,25% a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para o exercício de 2017;*

*c) Ao abrigo do n.º 1 do art.º 8.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010, manter, para o exercício de 2017, o valor das demais taxas municipais, atendendo à atual conjuntura económica que ainda continua a afetar as famílias e as empresas.”*

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal fez uma apresentação detalhada dos documentos previsionais para o ano económico de 2017.-----

----- Concluída a apresentação, o Sr. Vereador Cristóvão Ferreira tomou a palavra tendo salientado as virtualidades de alguns projetos previstos nas GOP, tais como, a

Ata N.º	21/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

requalificação urbana decorrente do PARU, a aquisição da chamada “casa das Caldeirinhas”, a remodelação da ETAR de Vila Nova de Paiva, com a importância ambiental que representa, e a requalificação da Escola EB1 e Jardim de Infância de Vila Nova de Paiva, que era uma necessidade premente como tem vindo a alertar nos últimos anos. Referiu ainda a necessidade de repensar a Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva, visto que não há no período estival um volume de água e condições físicas que justifiquem a designação de praia fluvial. Sinalizou também a questão da Biblioteca Municipal, esperando que efetivamente se consiga resolver em definitivo a sua disponibilização ao público, com a eventual valência de Loja do Cidadão. Por último referiu também a questão das obras de requalificação do edifício municipal onde está instalado o Posto da Guarda Nacional Republicana (GNR), que é um processo sensível e que tem sofrido uma demora significativa. -----

----- A Sr.<sup>a</sup> Vereadora substituta Liliana Soares referiu que as GOP contêm objetivos ambiciosos, que eventualmente não serão para cumprir no próximo ano, mas que é expectável que venham a ser cumpridos futuramente. -----

----- O Sr. Presidente, acerca da intervenção do Sr. Vereador Cristóvão Ferreira, referiu que em relação à Praia Fluvial há de facto dificuldades ambientais que se está a tentar ultrapassar. Quanto à Biblioteca Municipal espera sinceramente que as entidades da Administração Central envolvidas no processo atendam à vontade do Município em criar condições de sustentabilidade do edifício com a valência de Loja do Cidadão. Em relação ao Posto da GNR o atraso verificado não é da responsabilidade da Câmara Municipal, visto que continua ainda sem decisão definitiva o projeto de alterações do edifício, remetido oportunamente aos serviços competentes do Ministério da Administração Interna. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção do Sr. Vereador Cristóvão Ferreira pelas razões acima invocadas, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2017, bem como o demais proposto pelo Sr. Presidente, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **d) Mapa de Pessoal para o Exercício de 2017** – Aprovação em proposta para submissão à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 24 de outubro de 2016, do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

*1. De acordo com os n.ºs 1 e 2 do art.º 1.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, e alterada*

*pelas Leis n.ºs 82-B/2014, de 31 de dezembro, 84/2015, de 7 de agosto, e 18/2016, de 20 de junho, a LTFP é aplicável à administração direta e indireta do Estado e, com as necessárias adaptações, designadamente no que respeita às competências em matéria administrativa dos correspondentes órgãos de governo próprio, aos serviços da administração regional e da administração autárquica.*

*2. De realçar que de acordo com o n.º 2 do art.º 44.º do diploma preambular da LTFP, o novo regime não prejudica a vigência de normas da lei do orçamento do Estado em vigor.*

*3. Os municípios dispõem de mapas de pessoal anuais, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução (n.º 1 do art.º 29.º da LTFP), devendo o mapa de pessoal conter a indicação do número de postos de trabalho de que o município carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, e com a caracterização prevista no n.º 2 do mesmo artigo.*

*4. Como resulta da aplicação conjugada do n.º 4 do art.º 29.º da LTFP, com a alínea o), do n.º 1, do art.º 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e alínea a), do n.º 2, do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de Abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro, o mapa de pessoal é aprovado pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, juntamente com a proposta de orçamento municipal.*

*5. Para efeitos da orçamentação e gestão das despesas com o pessoal para o ano de 2017, compete à câmara municipal, ainda nos termos do disposto no art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, cotejado com o art.º 31.º, n.º 1, da LTFP, prever as verbas destinadas a suportar os encargos com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções, bem como decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos, se legalmente admissíveis:*

*a) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalhos previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal aprovado e, ou;*

*b) Com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções, se legalmente*

*c) Com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores da Câmara Municipal.*

*6. O Mapa de Pessoal proposto em anexo está desdobrado em função das unidades orgânicas e demais serviços previstos na estrutura orgânica flexível em vigor aprovada pela Deliberação n.º 74/2013 publicada na 2.ª Série do Diário da*

Ata N.º	<b>21/2016</b>
Livro N.º	Folha N.º
<b>38</b>	

*República n.º 8, de 11 de Janeiro de 2013, na sequência da adequação da estrutura orgânica às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, conjugada com as disposições do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.*

*7. No quadro seguinte apresenta-se a evolução do número de trabalhadores ao serviço do Município desde 1 de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2015, bem como a sua previsão para 31 de dezembro de 2016:*

	<b>Número de trabalhadores</b>	<b>31.12. 2008</b>	<b>31.12. 2009</b>	<b>31.12. 2010</b>	<b>31.12. 2011</b>	<b>31.12. 2012</b>	<b>31.12. 2013</b>	<b>31.12. 2014</b>	<b>31.12. 2015</b>	<b>31.12. 2016</b>
(1)	<i>. Trabalhadores transitados em 01.01.2009 do regime de nomeação definitiva para o regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado</i>	82	81	79	76	75	73	71	68	67
(2)	<i>.Trabalhadores contratados por tempo indeterminado após 01.01.2009</i>	0	0	43	46	47	48	48	46	45
(3)	<i>Trabalhadores em regime de trabalho por tempo indeterminado = (1) + (2)</i>	82	81	112	122	122	121	119	114	112
(4)	<i>Contratados a termo resolutivo certo</i>	61	56	20	1	9	0	0	0	0
(5)	<i>Contratados a termo resolutivo incerto</i>	0	0	0	5	5	5	5	5	5
(6)	<i>Total de trabalhadores = (3) + (4) + (5)</i>	<b>143</b>	<b>137</b>	<b>132</b>	<b>128</b>	<b>136</b>	<b>126</b>	<b>124</b>	<b>119</b>	<b>117</b>

*8. O quadro do número anterior foi reduzido dos seguintes três trabalhadores, pelas razões que a seguir se indicam:*

*– Margarida Sofia de Matos Dias, detentora de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (transitada em 1 de janeiro de 2009 da nomeação definitiva), integrada na carreira geral de técnico superior, com a categoria de técnica superior (área de psicologia) – Por n/ Despacho de 17 de agosto de 2015, a solicitação do Município da Lousã e interesse manifestado pela trabalhadora, autorizada a passagem da trabalhadora à situação de mobilidade na categoria naquele município, por um período de dezoito*

*meses, com efeitos desde 14 de setembro de 2015, ao abrigo do n.º 2 do art.º 93.º, e n.º 1 do art.º 97.º, da LTFP;*

*– Renato Filipe Martinho Andrade, detentor de vínculo de emprego público por tempo indeterminado desde 26 de novembro de 2010, com posterior contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado celebrado 29 de novembro de 2013, com efeitos desde 1 de dezembro de 2013, com integração na carreira de especialista de informática, com a categoria de especialista de informática (grau 1, nível 1), por falecimento em 9 de junho de 2016;*

*– Domingos da Silva Fonseca, detentor de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (transitado em 1 de janeiro de 2009 da nomeação definitiva), integrado na carreira geral de assistente operacional, com a categoria de assistente operacional (área de cantoneiro de limpeza), que cessou funções, por aposentação, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2016.*

*9. Como se constata no quadro supra do n.º 7, prevê-se que em 31 de Dezembro de 2016 o Município de Vila Nova de Paiva contará com o total de 117 (cento e dezassete) trabalhadores ao serviço com vínculo de emprego público, sendo:*

*– 112 (cento e doze) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, dos quais 67 (sessenta e sete) transitaram em 1 de janeiro de 2009 do regime de nomeação definitiva, e 45 (quarenta e cinco) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado contratados após 1 de Janeiro de 2009, ao abrigo do então Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP) aprovado em anexo à Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro; e*

*– 5 (cinco) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto (assistentes operacionais da área de sapadores florestais).*

*10. Não há pessoal com vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo.*

*Não há atualmente qualquer procedimento concursal em curso.*

*11. O Mapa de Pessoal anexo, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, com a proposta de Orçamento Municipal, reflete as necessidades de pessoal para as atividades a desenvolver a partir do exercício de 2017, sendo previstos:*

*– na DAF mais quatro postos de trabalho na categoria de técnico superior (dois na área de contabilidade/gestão, um na área de recursos humanos e um na área de direito) e mais um assistente técnico, todos por tempo indeterminado, e um posto de*



Ata N.º	21/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

*trabalho na categoria de técnico superior da área de informática a termo resolutivo certo, sendo extinto o posto de trabalho com a categoria de especialista de informática;*

*– na DTOU mais um posto de trabalho de Chefe da Divisão em regime de comissão de serviço, e mais dois postos de trabalho na categoria de técnico superior, um na área de engenharia topográfica e outro na área de contabilidade/gestão, e um encarregado operacional e três assistentes operacionais, todos por tempo indeterminado;*

*– na USC mais um posto de trabalho na categoria de técnico superior da área de turismo e um na categoria de assistente técnico, todos por tempo indeterminado, e quatro postos de trabalho a termo resolutivo certo na categoria de técnico superior da área de desporto/educação física e dois técnicos superiores da área de inglês, todos a termo resolutivo certo, para funcionamento das atividades das Piscinas Municipais e Pavilhão Desportivo e Atividades de Animação e de Apoio à Famílias (AAAF) no âmbito da Educação Pré-Escolar e apoio nas Componentes de Apoio à Família (CAF) no âmbito do 1.º CEB.*

*Assim, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere aprovar, juntamente com a Proposta de Orçamento Municipal para 2017, o Mapa de Pessoal anexo para vigorar no ano de 2017, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva ao abrigo do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com o n.º 4 do art.º 29.º da LTFP e alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro.”*

----- O Sr. Presidente fez a apresentação detalhada da proposta do Mapa de Pessoal para 2017.-----

----- Concluída a apresentação, o Sr. Vereador Cristóvão Ferreira interveio dando conta que concorda com o objetivo implícito no mapa de pessoal de aproveitar os recursos humanos já existentes, alocando-os em carreiras e categorias que correspondam às necessidades permanentes dos serviços, aproveitando as qualificações existentes. Julga também que estará em causa a regularização de algumas situações de prestação de serviços que se têm vindo a verificar desde há alguns anos. No entanto lamenta não estar a ser resolvido o problema dos sapadores florestais. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção do Sr. Vereador Cristóvão Ferreira pelas razões acima invocadas, aprovar o Mapa de Pessoal para 2017, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- e) **Venda de Imóveis Urbanos Municipais por Procedimento de Hasta Pública** – Aprovação do Programa do Procedimento e do respetivo Anúncio.-----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 23 de outubro de 2016, do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

*1. A Constituição da República Portuguesa (CRP) consagra o poder de as autarquias locais disporem de património e finanças próprios, incluindo as receitas próprias das autarquias locais, obrigatoriamente, as provenientes da gestão do seu património e as cobradas pela utilização dos seus serviços (art.º 238.º, n.ºs 1 e 3).*

*2. A autonomia financeira das autarquias locais assenta, designadamente, no poder que os seus órgãos têm de gerir o seu próprio património, bem como aquele que lhes seja afeto (art.º 6.º, n.º 2, alínea b), do regime financeiro das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro).*

*3. O Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas, veio estabelecer o regime jurídico do património imobiliário público, estabelecendo as disposições gerais e comuns sobre a gestão dos bens imóveis dos domínios públicos do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, e tão-somente o regime jurídico da gestão dos bens imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos.*

*4. De facto, da observância dos normativos atinentes ao domínio privado, designadamente dos relativos à venda de bens imóveis (artigos 77.º a 106.º), verifica-se que neste domínio as regras daquele regime jurídico apenas são aplicáveis ao Estado e aos institutos públicos, nada sendo estipulado para a administração local no que diz respeito à gestão dos imóveis do domínio privado das autarquias locais.*

*5. De qualquer modo as entidades abrangidas por aquele regime jurídico devem observar os princípios gerais da atividade administrativa na gestão do respetivo património imobiliário, designadamente os princípios da legalidade, da prossecução do interesse público no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares, da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé (cf. art.º 2.º).*

*6. Não regulando aquele diploma a venda de bens imóveis do domínio privado das autarquias locais, nem existindo no ordenamento jurídico qualquer outra legislação específica sobre a matéria, importa aferir do regime jurídico aplicável à sua alienação.*

*7. O regime jurídico das autarquias locais aprovado em Anexo à Lei n.º 75/2013, de 11 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, define o*

Ata N.º	21/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

*quadro das atribuições e competências dos órgãos dos municípios e das freguesias, estipulando nos seus artigos 25.º, n.º 1, alínea i), e 33.º, n.º 1, alíneas g) e h), as regras gerais sobre a alienação de bens imóveis da competência, respetivamente, da assembleia municipal e da câmara municipal.*

*8. Nos termos da referida alínea i) do n.º 1 do art.º 25.º, compete à assembleia municipal, no âmbito das suas competências de apreciação e fiscalização, e sob proposta da câmara municipal:*

*– “i) Autorizar a câmara municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG, e fixar as respetivas condições gerais, podendo determinar o recurso à hasta pública, assim como a alienar ou onerar bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 33.º.”*

*e nos termos das referidas alíneas g) e h), do n.º 1, do art.º 33.º, compete à câmara municipal, no âmbito das suas competências materiais:*

*– “g) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG;”*

*– “h) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções.”*

*9. Da leitura dos citados normativos resulta a competência própria da câmara municipal para alienar onerosamente bens imóveis em duas situações:*

*a) Até ao valor definido na lei – atualmente até ao valor de € 530.000,00 – sem que neste caso esteja obrigada a adotar o procedimento de hasta pública; e*

*b) Acima desse valor, desde que adote o procedimento de hasta pública e se cumpram os requisitos enunciados: a alienação decorra da execução das opções do plano e a deliberação da câmara seja aprovada por maioria de dois terços dos membros em funções.*

*10. Não se verificando tais requisitos, a alienação de bens imóveis pela câmara municipal, a partir do referido montante, depende obrigatoriamente de autorização da assembleia municipal, cabendo a este órgão fixar as respetivas condições gerais, nomeadamente a adoção do procedimento de hasta pública, sendo certo que estas regras, embora não se reportem especificamente à dominialidade dos bens, deverão ser apenas objeto de aplicação aos bens imóveis do domínio privado das autarquias*

*locais, já que os do domínio público se caracterizam pelo princípio da inalienabilidade, isto é, estão fora do comércio jurídico.*

*11. Cumpre ainda referir que o Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas, não é aplicável aos contratos de compra e venda, de doação, de permuta e de arrendamento de bens imóveis ou contratos similares, pois estes contratos foram excluídos do seu âmbito (art.º 4.º, n.º 2, alínea c)).*

*12. Pese embora o já referido facto do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, não ser aplicável aos bens imóveis de domínio privado das autarquias locais, as disposições constantes no seu Capítulo III (Domínio privado) podem eventualmente ser observadas, com as necessárias adaptações, por analogia ou supletivamente, dado algumas das suas disposições serem pertinentes, nomeadamente as respeitantes à venda de bens imóveis do domínio privado, ao dispor que:*

*a) Podem ser vendidos os imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos cuja propriedade não seja necessária à prossecução de fins de interesse público e cuja manutenção na sua propriedade não seja conveniente (n.º 1 do art.º 77.º);*

*b) A venda de imóveis é precedida do procedimento de avaliação previsto nos artigos 108.º e seguintes, e é realizada por hasta pública, por negociação, com publicação prévia de anúncio, ou por ajuste direto (art.º 79.º e n.º 1 do art.º 80.º).*

*13. Na alienação de bens imóveis de domínio privado, as autarquias locais estão também sujeitas aos princípios da legalidade, da prossecução do interesse público no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares, da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé, conforme artigos 3.º, 4.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º e 10.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.*

*14. O Município de Vila Nova de Paiva possui vários imóveis que integram o seu domínio privado composto por edificações que se estão a degradar e a necessitarem de obras de conservação, cuja propriedade já não é necessária para a prossecução de fins de interesse público e cuja manutenção na sua propriedade não é conveniente, como é o caso de cinco imóveis anteriormente destinados a escolas primárias e a residências de professores e desativados das suas funcionalidades há já vários anos, que a seguir se identificam, cujos processos de regularização matricial e registral se encontram em curso:*

*- IMÓVEL I: Prédio urbano anteriormente destinado a escola primária, composto de rés-do-chão, construído em alvenaria de pedra, sito ao Lugar da Cela, na povoação e*

Ata N.º	21/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

*freguesia da Queiriga, com área total medida de 1.209 m<sup>2</sup>, sendo a área coberta medida de 87 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 978, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Paiva;*

*- IMÓVEL II: Prédio urbano anteriormente destinado a escola primária, composto de rés-do-chão, construído de blocos de cimento, sito ao Lugar de Vidoinho, na povoação e freguesia do Touro, com área total medida de 1.546 m<sup>2</sup>, sendo a área coberta medida de 100 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 772, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Paiva;*

*- IMÓVEL III: Prédio urbano anteriormente destinado a escola primária, composto de rés-do-chão, construído em alvenaria de pedra, sito ao Lugar de Adomingueiros, na povoação e freguesia do Touro, com área total medida de 1.170 m<sup>2</sup>, sendo a área coberta medida de 86 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 774, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Paiva;*

*- IMÓVEL IV: Prédio urbano anteriormente destinado a residência de professores, composto de rés-do-chão, sito ao Lugar de Calvário, na povoação e freguesia do Touro, com área total medida de 416 m<sup>2</sup>, sendo a área coberta medida de 160 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1.163, ainda não descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Paiva;*

*- IMÓVEL V: Prédio urbano anteriormente destinado a residência de professores, composto de rés-do-chão, construído em blocos de cimento rebocado, com pormenores em pedra, sito ao Lugar das Eiras, na povoação e freguesia de Pendilhe, com área total de 95,22 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo P1.028 e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Paiva.*

*15. Nesta conformidade, julga-se ser de proceder à venda daqueles imóveis mediante procedimento de hasta pública por proposta em carta fechada, sem licitação em praça, sendo os imóveis adjudicados a quem apresente proposta de preço superior aos respetivos preços base de licitação.*

*16. Admitindo que os valores patrimoniais tributários constantes das respetivas cadernetas prediais urbanas correspondem, em regra, a oitenta e cinco por cento do valor de mercado dos imóveis, então os preços base de licitação julga-se poderem corresponder aos valores de mercado obtidos a partir dos valores patrimoniais tributários, à exceção do Imóvel V cujo valor patrimonial foi obtido no Simulador do Portal das Finanças, com arredondamento à centena de euros imediatamente superior, e que a seguir se apresentam:*

*- IMÓVEL I – € 34.400,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos euros);*

*- IMÓVEL II – € 23.100,00 (vinte e três mil e cem euros);*

- IMÓVEL III – € 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos euros);
- IMÓVEL IV – € 29.800,00 (vinte e nove mil e oitocentos euros);
- IMÓVEL V – € 38.000,00 (trinta e oito mil euros).

17. Importa também para efeitos de edificação nos imóveis alienados, que os titulares dos imóveis vendidos, sem prejuízo da aplicação das disposições regulamentares em vigor e dos mecanismos de controlo prévio previstos no regime jurídico da urbanização e da edificação, possam realizar nos mesmos operações de loteamento e ou operações urbanísticas com vista à edificação de imóvel ou imóveis destinados a utilização humana, desde que compatíveis com os usos e índices de construção previstos no Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Nova de Paiva em vigor.

Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere o seguinte, ao abrigo da alínea g), do n.º 1, do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado em Anexo à Lei n.º 75/2013, de 11 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas:

1.º) Autorizar a venda dos cinco imóveis acima identificados, cuja propriedade não é necessária para a prossecução de fins de interesse público do Município, e cuja manutenção na sua propriedade não é conveniente, dado estarem a degradar-se e a necessitarem de obras de conservação significativas.

2.º) Autorizar que a venda dos imóveis seja efetuada mediante procedimento de hasta pública, por proposta em carta fechada, sem licitação em praça, fixando como preço base de licitação os valores acima indicados, sendo os imóveis adjudicados a quem apresentar a maior proposta de preço superior ao respetivo preço base de licitação.

3.º) Aprovar o Programa do Procedimento da Hasta Pública e Anúncio do procedimento anexos à presente proposta.

4.º) Designar a Comissão de Acompanhamento da Hasta Pública prevista no Programa do Procedimento, constituída pelos seguintes funcionários municipais:

– Presidente: Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças (DAF);

– Vogais Efetivos: Eng. Jorge Augusto Correia Brás, Técnico Superior da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU), que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, e Eng. Armindo Marques Almofala, Técnico Superior da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU).

Ata N.º	21/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

– *Vogais Suplentes: Dr. Paulo Jorge Mota da Silva, Técnico Superior da Divisão de Administração e Finanças (DAF) e Sr. João Paulo Figueiredo Mendes, Assistente Técnico da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU).*”

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por unanimidade autorizar a alienação dos imóveis identificados na proposta do Sr. Presidente, por procedimento de hasta pública, e aprovar o respetivo Programa do Procedimento e Anúncio, fixando a data de apresentação de propostas até às 17h00 do dia 25 de novembro de 2016. -----

----- **f) Proposta de Alteração do Anexo I ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão celebrado com a EDP Distribuição – Energia, S.A.,** para apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 24 de outubro de 2016, do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

*a) Em 17 de julho de 2001 foi celebrado entre o Município de Vila Nova de Paiva e a EDP Distribuição – Energia, S.A. a renovação do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município, com validade de vinte anos a contar daquela data, cujo clausulado foi aprovado pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária realizada no dia 12 de julho de 2001;*

*b) No Anexo I àquele contrato de concessão consta a definição dos tipos de “correntes” de focos luminosos a utilizar no Município;*

*c) Entretanto a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a EDP Distribuição – Energia, S.A. celebraram um Protocolo em 13 de setembro de 2016, cuja cópia se anexa remetida com a Circular n.º 74-PB/2016, de 13 de setembro de 2016, que tem por objeto os equipamentos de iluminação a instalar nas redes de iluminação pública, procedendo assim à revisão do referido Anexo I constante do contrato tipo de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão aprovado pela Portaria n.º 454/2001, de 5 de maio, em conformidade com o qual foi celebrado por este Município a renovação do contrato de concessão.*

*d) Nos termos protocolados, sendo a EDP Distribuição responsável pelo estabelecimento e, em regra, pela conservação das redes de iluminação pública dos municípios, e tendo presente a evolução tecnológica e de mercado verificada nos aparelhos de iluminação e respetivos suportes e, nomeadamente, o grau de maturidade atingido pelas luminárias com tecnologia LED, a ANMP e a EDP Distribuição acordaram a revisão dos equipamentos utilizados na iluminação pública desde 2001, passando o LED a material de tipo corrente.*

e) *As luminárias LED agora introduzidas no Anexo I dos contratos de concessão passarão a ser utilizadas nas situações de estabelecimento de novas redes de iluminação pública, substituição de luminárias com lâmpadas de vapor de mercúrio decorrente da remodelação de redes de IP, e substituição de luminárias obsoletas ou em más condições de conservação, sendo de salientar ainda que foi qualificado como material de tipo corrente algumas luminárias LED destinadas a núcleos antigos delimitados.*

f) *Pretende-se, assim, propiciar a instalação progressiva de equipamentos modernos nas redes de iluminação pública, mais adequados às exigências da eficiência energética e da economia de custos.*

g) *Aquela acordo firmado entre a ANMP e a EDP Distribuição será aplicável logo que cada município acorde com a concessionária a alteração do Anexo I do contrato de concessão atualmente em vigor.*

h) *Tendo presente que tal Anexo I é parte integrante do contrato de concessão celebrado em 17 de julho de 2001 entre o Município e a EDP, a sua revisão constitui uma alteração ao contrato de concessão, razão pela qual deve ser objeto de deliberação dos órgãos municipais nos termos do disposto na alínea p), do n.º 1, do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual dispõe que compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, “autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais”.*

*Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a Minuta do Protocolo que se anexa, a celebrar entre o Município e a EDP Distribuição – Energia, S.A., que tem em apenso o novo Anexo I ao contrato de concessão celebrado em 17 de julho de 2001, com a definição dos tipos de “correntes” de níveis de iluminação, luminárias, lâmpadas, apoios e braços a utilizar na iluminação pública do Município, a submeter à apreciação e autorização da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva ao abrigo da alínea p), do n.º 1, do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”*

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente a submeter à apreciação e autorização da Assembleia Municipal. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do



Ata N.º <b>21/2016</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>38</b>	

**ENCERRAMENTO**

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram doze horas e trinta minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----

